

CONFABULAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Claudia Mayorga

Cláudia Natividade

Dalcira Ferrão

Márcia Mansur Saadallah

Neste texto¹, apresentamos confabulações sobre nosso trabalho e militância no campo dos direitos humanos. Com trajetórias e ênfases diversas, nós – Claudia Mayorga, Cláudia Natividade, Dalcira Ferrão e Márcia Mansur Saadallah – apresentamos nossas reflexões sobre a relação entre psicologia social, direitos humanos e política, explicitamos nossas orientações teóricas e metodológicas para abordar a temática e refletimos sobre os desafios da pauta dos direitos humanos no Brasil hoje.

1 Parte das *confabulações* aqui apresentadas ocorreu durante o XX Encontro Regional da ABRAPSO Minas, na mesa sobre Psicologia Social e Direitos Humanos.

De lugares de fala distintos, confabulamos: Claudia Mayorga é feminista, doutora em psicologia social, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e vem se dedicando ao estudo da desigualdade social brasileira por meio da perspectiva do feminismo e das relações raciais. Busca atuar participando e em diálogo com movimentos sociais, sujeitos e coletivos historicamente subalternizados. É, atualmente, pró-reitora adjunta de extensão da UFMG (2014-2018); Cláudia Natividade é psicóloga, mestre e doutora em Linguística do Texto e do Discurso e, desde 2012, é professora de psicologia social, políticas públicas e psicologia jurídica. O principal tema do seu trabalho são as relações de gênero com estudos sobre saúde das mulheres, masculinidade e violência. É uma das fundadoras do Instituto Albam e, atualmente, é conselheira-presidenta do Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), compondo o XV plenário (2016–2019); Dalcira Ferrão é feminista, negra, psicóloga e especialista em administração pública com enfoque em gestão social. Está como conselheira e coordenadora da Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual do CRP-MG. É militante LGBT, de mulheres e de direitos humanos; Márcia Mansur Saadallah é psicóloga, mestre em Ciências Sociais, professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas, vice-presidenta e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP. Trabalha há 25 anos a partir da psicologia social, tanto no ensino e extensão universitária como em comunidades, políticas sociais, conselhos e movimentos sociais.

Claudia Mayorga: o campo dos direitos humanos é bastante heterogêneo e, embora muitas vezes possamos pensar que o termo e seus significados e usos sejam compartilhados ou consensuados, nos deparamos com posições muito distintas. Algumas que até mesmo se recusam a trabalhar desde essa perspectiva devido ao viés liberal que historicamente marcou a configuração desse campo. Há ainda aquelas perspectivas que vão relacionar os direitos humanos a um aspecto assistencialista e de vitimização de determinados grupos sociais e que se posicionam contra os direitos humanos. Parece-me inegável

que tais controvérsias têm constituído uma arena intensa e tensa em nosso país, onde perspectivas de sociedade, concepções de humanidade e concepções e práticas sobre sujeitos historicamente excluídos como mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTs e pobres estão em disputa. Penso que temos que fazer uma profunda reflexão sobre a pauta dos direitos humanos no Brasil, hoje. Como vocês analisam essa questão?

Márcia Mansur Saadallah: o momento atual em que se encontra a política institucional brasileira nos coloca grandes desafios de trabalho na perspectiva dos direitos humanos. Estamos saindo de um momento de esforço de investimentos em políticas sociais - intervenções dirigidas à superação da desigualdade social, a partir do reconhecimento e da garantia de direitos - para um momento de precarização e perdas de direitos. Momento em que a pressão de setores econômicos, sociais e políticos para a promoção de reformas na direção do “Estado mínimo” ganha força, e no qual assistimos ao fortalecimento do conservadorismo. As desigualdades de gênero explicitadas através do machismo, patriarcado, misoginia; as desigualdades raciais expressas no racismo; as desigualdades sexuais presentes na homofobia, transfobia, lesbofobia; as desigualdades étnicas assistidas no genocídio indígena, no não reconhecimento de direitos de propriedade; e as desigualdades geracionais presentes no genocídio da juventude negra e pobre são exemplos dos desafios que enfrentamos. A intolerância à diferença é cada vez mais forte, levando as maiorias populares (Martín-Baró, 1996) e minorias sociais à exclusão e desrespeito em seus direitos básicos e fundamentais. A Psicologia não pode se calar diante desse contexto.

Dalcira Ferrão: concordo com a Márcia. A pauta em que mais trabalho tem sido de gênero e diversidade sexual e esta tem sido atacada diretamente quando pensamos em direitos humanos. Compreender tais pautas enquanto urgências para as políticas públicas é entender que não podemos mais fechar os olhos para os sujeitos em sua dimensão biopsicossocial. Temos enfrentado tempos em que os

poucos direitos conquistados nesse campo têm sido perdidos e não temos conseguido espaço para avançar em novos direitos. Direito ao corpo (valendo tanto para as mulheres, quando pensamos no direito ao aborto, para a população LGBT, no que se refere à sua sexualidade, como para as pessoas trans, pelo direito a iniciar a transição sem serem consideradas doentes), à manifestação de afetos, pelo direito de existir e de amar quem quiser. Temos visto um extermínio da população LGBT no Brasil, principalmente da população travesti e trans, sem ainda que o poder público atente para essa demanda enquanto uma pauta prioritária, que seja revertida em políticas públicas para essa população. Há tempos a discussão da sexualidade rompeu os muros de “isso você pode viver dentro de quatro paredes”, passando a se tornar assunto da esfera pública, na medida em que não garante direitos iguais para todas e todos, sem distinção. E é esse o incômodo que os direitos humanos trazem – de pensar em todas e todos, de lutar por um mundo pautado em princípios como universalidade, igualdade, equidade, justiça... É pensar um mundo onde as desigualdades de poder e econômicas não se expressem de maneira tão violenta. É não perder o ser humano como foco principal!

Cláudia Natividade: é mesmo muito complexo. No Brasil de 2017, estamos vivendo uma polarização de grupos de interesses e uma guerra discursiva desigual fomentada pela mídia tradicional. Digo desigual porque a manipulação discursiva não é novidade na nossa história e, mesmo hoje, com vários outros canais de comunicação de massa como as redes sociais, que alcançam uma quantidade imensa de pessoas, estamos vivendo distorções de valores e moralidades. Com este cenário, é claro que o que se entende por direitos humanos está sendo relativizado de forma perigosa, pois há interesses hegemônicos ligados especialmente ao capital que enfraquecem as lutas, representando, por exemplo, os direitos adquiridos como privilégios, numa clara lógica neoliberal. Numa sociedade desigual como a nossa, discursos liberais são extremamente perigosos, pois nossas relações não foram e não são minimamente construídas com

base no reconhecimento das diversas posições dos sujeitos e seus potenciais de ação de construção de uma sociedade. Somos ainda uma sociedade machista, racista e classista, e esses sistemas colocam como “autorizados” somente alguns sujeitos, que são homens, brancos e ricos. A Psicologia vai na contramão dessa forma de significação dos sujeitos e suas posições, pois entende que todo humano deve ser integrado no sistema de relações sociais de forma equitativa, garantindo, sobretudo, as diferenças e corrigindo as desigualdades.

Claudia Mayorga: fico pensando como é um grande desafio falar sobre os direitos humanos no Brasil hoje sem sublinhar que somos um país marcado por uma história de muito autoritarismo. Quando olhamos para a nossa história colonial, nos deparamos com um país que vem se organizando e se estruturando em eixos de violência e violação muito complexos e que marcam diversas dimensões de nossas vidas. Complexos porque estão imbrincados e naturalizados nas práticas institucionais, na cultura brasileira, na compreensão que historicamente construímos sobre nós mesmos. A ideologia de que somos um povo cordial, amável e alegre mascara que nos constituímos como país por meio de muita violência, estupro, extermínio e, por que não explicitar, práticas genocidas. Pensemos no mito da democracia racial. Com toda a crítica que ativistas e intelectuais negros e negras e atuantes na luta antirracista fizeram e seguem fazendo a essa ideia de que fomos e somos o país da convivência pacífica entre as diversas culturas e raças, mascarando e invisibilizando o racismo constitutivo do Brasil, a atuação sistemática das elites e do Estado brasileiro segue sendo marcada por práticas segregacionistas, de exclusão, subalternização e desqualificação de diversas experiências. Negros e negras, LGBTQs, mulheres, indígenas são, quotidianamente, abordados e produzidos como não humanos. Gosto muito de lembrar de uma reflexão que Hamilton Borges, do *Movimento Reaja ou será morto; Reaja ou será morta*, faz sobre o que o Estado brasileiro fez após a abolição da escravidão. Ao invés de produzir um código de direitos, produziu um código penal, no qual a caracterização da

criminalidade e marginalidade se associa quase que naturalmente à raça negra. Tais lógicas de desumanização não são coisas do passado, mas do presente! De fato, precisamos pensar qual nosso papel na reprodução, mas sobretudo na transformação dessa realidade. Como vocês analisam essa relação entre psicologia social, direitos humanos e política?

Dalcira Ferrão: percebo que há uma relação indissociável entre psicologia social, política e direitos humanos. A psicologia social vem para se aproximar ainda mais da realidade social e pensar as inter-relações entre os sujeitos e suas coletividades. Ela busca construir uma *práxis* que comunica com a realidade social, na medida em que se aproxima do contexto em que se propõe intervir, dando vez e voz para aqueles/aquelas que muitas vezes estão à margem de espaços de poder e de escuta. Pensar a interface da psicologia social e os aspectos sociológicos da humanidade é abordar a dimensão política dos grupos, e, claro, comprometer-se socialmente com tais problemáticas. E, nesse sentido, o olhar dos direitos humanos e seu compromisso social vêm ao encontro da garantia de direitos e de cidadania de grupos ditos minoritários. A psicologia social implica-se em questões e dimensões psicossociológicas e suas relações, contextualizando-as sócio-historicamente, ao invés de buscar explicações dos fenômenos sociais.

Cláudia Natividade: sim! Seguindo a inspiração de Martín-Baró (1983, 1989), acredito que a psicologia social deve conduzir a uma psicologia política no seu sentido mais visceral. Nesse sentido, a luta pelos direitos humanos é a base de nossas práticas, pois sabemos como processos de reconhecimento, participação e representação sociais são fundamentais para as coletividades e os sujeitos. São extremamente danosos para as subjetividades os sistemas de opressão, humilhação, violência, intolerância e outros conteúdos que não reconhecem os potenciais dos sujeitos como livres e ativos. Assim, psicologia e a luta pelos direitos humanos se ligam de forma peculiar e, segundo Martín-Baró (1989), sempre há um perigo nessa mescla

entre ciência e ativismo, mas é melhor errar para mais do que para menos, pois fazemos uma psicologia contextualizada, ligada com os problemas sociais de nosso povo latino-americano que, obviamente, é muito singular e atravessado por questões sociais tão tocantes. O mais importante aqui, para desmistificar todo esse núcleo conceitual, e é o que percebo que confunde muito as/os profissionais de psicologia, é entender que falar de sociedade e luta por direitos humanos não é se afastar das questões dos sujeitos. Essa leitura errônea parte ainda de uma visão de cisão entre sujeito e sociedade de forma que um pudesse viver e existir independentemente do outro. Quando a psicologia social se afirma como direcionada pelos direitos humanos, ela busca uma fórmula integrativa do fazer profissional, ou seja, considerando o sistema diverso e cambiante de relações e subjetividades.

Márcia Mansur Saadallah: essa pergunta é muito importante. Partimos do pressuposto de que política está relacionada às questões públicas, que envolvem interesses coletivos que são construídos a partir da interação do sujeito no espaço público e de sua relação com o contexto social. Nessa convivência no espaço público se encontram múltiplos aspectos da vida, permeada por condições objetivas, sociais e políticas e, ao mesmo tempo, por subjetividades construídas na relação com essas condições. A Psicologia social se interessa pela compreensão dessas dimensões envolvidas nas questões políticas. Ela compreende as demandas da realidade social a partir de uma perspectiva histórica, procurando a desnaturalização dos fenômenos sociais. Dessa forma, a Psicologia social latino-americana se debruça nas questões contemporâneas que atravessam o contexto da América Latina, como minorias sociais, exclusão, desigualdade, violências e preconceitos diversos. Ela acredita na construção de um saber psicológico historicamente construído que se mostre capaz de compreender e contribuir para sanar os problemas que atingem as maiorias populares e oprimidas. Para Martín-Baró, a construção teórica em psicologia social deve emergir dos problemas e conflitos vivenciados pelo povo latino-americano, de forma contextualizada com sua

história (Martín-Baró, 1996). Assim, a produção do conhecimento deve ser contextualizada, participante e co-construída por pesquisadores e atores sociais, como forma de contribuir para a solução dos problemas sociais que vivenciam, transformando sua realidade social. Para isso, acredita na participação social e política, tanto das/os psicólogas/os quanto de outros atores sociais; na construção da emancipação e autonomia dos sujeitos; nos posicionamentos políticos e ideológicos a favor dos direitos sociais e humanos.

Claudia Mayorga: penso que uma posição que defenda e busque atuar em prol dos direitos humanos deve ser orientada para desenvolver ferramentas teóricas, metodológicas, epistemológicas e políticas para atuar e transformar tanta desigualdade. Uma grande desconstrução teórico-prática. Essa desconstrução começa por nós mesmas: é preciso identificar e reconhecer que somos socializadas e educadas para reproduzir essas desigualdades, que também aprendemos a compreendê-las como naturais e que em vários momentos nos silenciemos diante de tanta violência – a que sofremos e a que presenciamos. Esse reconhecimento não quer dizer ficarmos fixas em sentimentos de culpa ou em pseudossolidariedades, mas agir concretamente sobre nós mesmas. Um outro sentido dessa reflexividade refere-se ao exercício crítico dentro da psicologia e também da psicologia social. Historicamente esses foram campos do conhecimento que se constituíram como saberes da vida privada ou que buscaram privatizar e individualizar a compreensão sobre as desigualdades em suas diversas faces. Não, o racismo não é problema de quem sofre o racismo; a violência sexual não é culpa da mulher que possui inclinações ao masoquismo (*sic*), mas são problemas que operam na articulação indivíduo-sociedade e que não podem ser reduzidos a explicações exclusivamente psicologizantes ou focados exclusivamente na análise da estrutura ou sistema social. Assim, vejo que a construção dessa posição crítica vai muito além de um compromisso social, mas exige uma autocrítica continuada: de nós mesmas, das nossas teorias e ferramentas. Como vocês têm trabalhado com essas

questões? Quais têm sido suas referências teóricas e metodológicas para o trabalho com direitos humanos?

Cláudia Natividade: em 1998 ajudei a fundar o Instituto Albam, aprofundando, assim, minha trajetória na psicologia social com intervenções em grupos e comunidades, sempre articulada à lógica dos direitos humanos e, especialmente, direitos das mulheres. No Instituto Albam tive a oportunidade de criar e organizar uma metodologia de intervenção em grupo de homens autores de violência contra as mulheres. Esse trabalho é referência em Minas Gerais e foi embasado por lógicas e técnicas feministas e de gênero. Para mim, uma das metodologias mais desafiadoras dentro da psicologia social é o manejo de grupos. Tenho trabalhado com esse método em comunidades, dentro de políticas públicas e em meus campos de estágio, incentivando profissionais e gestores dos serviços a implantarem e/ou potencializarem as intervenções por meio de práticas de grupos. E eles são uma potência incontestável nos serviços de políticas públicas. Muitas vezes me deparo com profissionais dos campos de trabalho e também com minhas/eus alunas/os receosos em manejar grupos; no entanto, quando se expõem à experiência, voltam a mim maravilhadas/os. Um grupo é um microcosmo. Tudo acontece ali, e a possibilidade de conversar abertamente, em sigilo e confiança, sobre um tópico de discussão, produzir uma ou várias sínteses em um encontro de grupo é algo que potencializa o espaço da intersubjetividade. Então, sejam os grupos em formatos permanentes e fechados ou intermitentes e abertos; operativos, reflexivos ou em forma de roda de conversa; focados em uma tarefa ou com discussões múltiplas, eles representam um grande potencial a ser explorado e ideais para se trabalhar com a dimensão dos direitos humanos. Digo isso porque o exercício do grupo supõe aprender a ouvir meu semelhante, tão diferente de mim, mas não desigual; concordar, discordar e continuar a conversa. O manejo profissional dos grupos se relaciona com um “trazer à tona” todos esses elementos, lidos enquanto relações de poder. Assim, os conceitos de poder e ideologia são essenciais

no manejo das práticas de grupo e tomam centralidade nas intervenções pautadas por uma psicologia social crítica.

Dalcira Ferrão: trabalho com a perspectiva dos direitos humanos há cerca de 12 anos, atuando ativamente com movimentos sociais, principalmente os que dizem respeito à luta LGBT, de mulheres e enfrentamento às violências. A Psicologia Social, por ser de natureza interdisciplinar, propicia que em minha prática profissional eu busque a interlocução entre as reflexões feministas, os teóricos da pauta LGBT e a intervenção psicossocial. Através da minha atuação, venho percebendo a construção de conhecimento a partir de uma perspectiva psicossocial na clínica, na medida em que considero a autogestão das coletividades; a emancipação e autonomia dos sujeitos; a participação e envolvimento dos mesmos em seus processos psicoterápicos, buscando ainda articular as redes de políticas públicas e sociais. Busco também fazer um diálogo com a psicologia comunitária e com as políticas públicas, em parceria com os movimentos sociais.

Márcia Mansur Saadallah: inicialmente, gostaria de marcar de que lugar estou falando. Falo como conselheira do CRP: instituição que regulamenta a atuação de psicólogos, lugar de representação da categoria, que assume identidades, bandeiras, ideologias, posições e modos de atuação distintos, a partir das pessoas que lá estão, das ideologias que norteiam a direção política dada pela instituição. Falo também como participante da ABRAPSO, associação política importante na construção de uma psicologia social crítica que, como toda instituição, traz em si ideologias, posições, concepção de sociedade e sujeito, a partir de sua história, mas que também assume características distintas a partir dos grupos políticos, posicionamentos e experiências pessoais presentes nela. Pensando na Psicologia Social, essas duas instituições, apesar de suas especificidades, têm muito em comum. As ações, pensamentos, diretrizes, crenças políticas e ideológicas se encontram em muitos momentos. As concepções, fundamentos, princípios e diretrizes que estão presentes na psicologia

social e que embasam e permeiam as ações do CRP passam pela defesa intransigente dos direitos humanos e luta por sua garantia. Defendemos formas inclusivas de convivência em sociedade. Posicionamos-nos de forma contrária às práticas segregadoras e punitivas e às ações higienistas e privativas de liberdade. Para isso, nossas ações são pautadas na visibilidade, defesa dos direitos, ações de reconhecimento e de participação de grupos minoritários em nossa sociedade, a partir de temáticas variadas: gênero, raça e etnia, diversidade sexual, idosos, juventude, minorias religiosas, entre outras. As ações acontecem de diversas formas: posicionamentos políticos e denúncias de situações de violações de direitos; mobilizações da sociedade; envolvimento político das/os psicólogas/os; participação em instâncias de controle social; participação na construção das políticas públicas/articulação com o Estado (saúde, assistência social, criança e adolescente, mulher); investimento na participação social e nos processos coletivos (participação em conselhos, fóruns e outras instâncias de controle); emancipação e autonomia dos atores sociais, minorias sociais, articulação com movimentos sociais diversos, fortalecimento dos usuários nas instâncias de controle social, militância em vários setores (usuários de saúde mental, egressos do sistema penitenciários, índios, população de rua).

Claudia Mayorga: no meu trabalho, a psicologia comunitária, a pesquisa-intervenção e o feminismo descolonial têm sido orientações centrais. No Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes que tenho coordenado na UFMG, temos discutido muito sobre nossas posições ético-políticas nos trabalhos desenvolvidos. Um primeiro aspecto é que, nos últimos 10 anos, temos buscado implementar políticas de ação afirmativa. Os/as pesquisadores/as no núcleo são mulheres negras, LGBTQs, de trajetórias populares que têm nos feito pensar profundamente sobre a importância da democratização do acesso à universidade: aqueles/as sujeitos que historicamente foram abordados como objetos pela ciência e conhecimento acadêmico se encontram agora na posição de sujeitos e autores do

conhecimento. Esse não é um deslocamento simples, mas ele é de uma forte potência com efeitos epistemológicos e políticos muito importantes. Segundo, a insistência em produzir conhecimento em diálogo com os sujeitos dos movimentos sociais ou com aqueles que vivenciam diretamente os problemas que pretendemos analisar e enfrentar tem nos feito viver situações, dilemas e tem nos mobilizado para uma posição inventiva. Inventar a psicologia, a ciência, a sociedade e a nós mesmas. Isso tem toda a relação com os direitos humanos.

Dalcira Ferrão: é um grande desafio para a psicologia social, mas não podemos perder nem a alegria, nem a esperança!

Referências

- Martín-Baró, I. (1983). *Acción y ideología: psicología social desde Centroamérica*. Colección Textos Universitarios, Série Psicología, Vol.1. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: Psicología Social desde Centroamérica*. Colección Textos Universitarios, Série Psicología, Vol.10. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 12(1), 7-27.